



# PLANO DE DE INTEGRIDADE

DO FUNDO DE PROMOÇÃO SOCIAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Fundo de  
**Promoção Social**



**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA





Fundo de  
Promoção Social



AMAZONAS  
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA



**WILSON MIRANDA LIMA**  
GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

**TADEU DE SOUZA SILVA**  
VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS

**KATHELEN DE OLIVEIRA BRAZ DOS SANTOS**  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO DE PROMOÇÃO SOCIAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

**Elaboração:**  
CICC

**Revisão:**  
GABRIELA TORRES

**Diagramação:**  
CÉLIO SANTOS





Fundo de  
Promoção Social



TRABALHO QUE TRANSFORMA



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	04
MENSAGEM DA SECRETÁRIA .....	06
ORGANOGRAMA .....	07
CARACTERIZAÇÃO GERAL DO FUNDO DE PROMOÇÃO SOCIAL .....	08
PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA .....	09
MECANISMOS DE TREINAMENTO E COMUNICAÇÃO.....	09
IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE INTEGRIDADE.....	10
CONTROLES INTERNOS .....	13
CANAIS DE DENÚNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO .....	13
MEDIDAS DISCIPLINARES .....	13





Fundo de  
Promoção Social



AMAZONAS  
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA



## 1. APRESENTAÇÃO

**1.1.** O Plano de Integridade do Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza é uma iniciativa que visa promover e consolidar uma cultura de ética, transparência e responsabilidade dentro da administração pública. Sua implementação tem como objetivo principal assegurar que os valores de integridade e de compromisso com o interesse público sejam incorporados em todos os processos, práticas e decisões da Secretaria Executiva do Fundo de promoção social e erradicação da pobreza, alinhando-se aos princípios legais e às melhores práticas de governança.

### 1.2. Objetivos Principais:

**1.2.1. Prevenir Atos de Corrupção e Ilícitos:** Por meio de medidas preventivas, o plano busca mitigar riscos e evitar práticas de corrupção e outras irregularidades.

**1.2.2. Promover a Ética e a Transparência:** Estimular uma cultura de valores éticos, garantindo que os processos internos sejam claros e acessíveis a todos os stakeholders.

**1.2.3. Fortalecer o Controle Interno:** Garantir a efetividade dos controles internos para detectar e corrigir eventuais desvios e aprimorar a governança pública.

**1.2.4. Capacitar e Engajar Servidores:** Oferecer treinamento contínuo para que os servidores conheçam os valores e as normas de integridade da Casa Civil, promovendo a adesão às diretrizes do plano.

**1.3.** De acordo com o art. 5º do Decreto Estadual nº 50.868, de 12 de dezembro de 2024, o Programa de Integridade será operacionalizado a partir de um Plano de Integridade, concebido e implementado de acordo com o perfil específico de cada órgão e entidade, que deverá conter, no mínimo:

**1.3.1.** Caracterização geral do órgão ou entidade;

**1.3.2.** Padrões de ética e conduta;

**1.3.3.** Mecanismos de comunicação e treinamento;

**1.3.4.** Identificação e avaliação dos riscos de integridade;





**1.3.5.** Ações de controle, responsáveis e meios de monitoramento dos riscos;

**1.3.6.** Canais de denúncia; e

**1.3.7.** Medidas disciplinares.

**1.4.** Com o Plano de Integridade, a Secretaria Executiva do Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza reforçam seu compromisso com uma administração pública íntegra, transparente e comprometida com o bem-estar e a confiança da sociedade.

## **2. MENSAGEM DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO DE PROMOÇÃO SOCIAL**

No Fundo de Promoção Social, nosso compromisso é transformar vidas! Trabalhamos diariamente para apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade, fomentando projetos autosustentáveis de Organizações da Sociedade Civil e destinando recursos para iniciativas alinhadas às metas do Governo do Estado. Por este motivo e, entendendo que a idoneidade deve ser um valor compartilhado por todos, é com grande empenho que apoio a implantação deste Plano de Integridade, que busca reforçar a cultura de honestidade no serviço público, prevenir atos ilícitos e fortalecer nossos mecanismos de controle interno. Mais do que uma ferramenta, estamos criando um ambiente institucional onde transparência e ética sejam a base do nosso trabalho.

Sabemos que a confiança da sociedade se constrói com ações concretas. Por isso, cada esforço que fazemos é direcionado para garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma correta e eficiente, chegando a quem mais precisa. Nosso foco é a redução da pobreza, o combate à fome, a proteção de crianças e adolescentes, a melhoria da qualidade de vida de idosos e pessoas com deficiência, além da geração de emprego, renda e inclusão social. Como Secretária Executiva deste órgão, me coloco à disposição para, junto de vocês, tornar este plano uma realidade no nosso dia a dia, fortalecendo a missão do Governo do Amazonas, aprimorando a gestão pública e garantindo que nosso trabalho seja cada vez mais eficiente e comprometido com o bem-estar e a qualidade de vida da população.





Fundo de  
Promoção Social



AMAZONAS  
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA



### 3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO FUNDO DE PROMOÇÃO SOCIAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

**3.1.** O Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FPS) é uma unidade orçamentária integrante da Administração Direta do Poder Executivo do Estado do Amazonas, **ligada à estrutura da Secretaria de Estado da Casa Civil**, que tem como objetivo principal apoiar, financiar e fomentar projetos, programas e ações voltados à promoção social, redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social e econômica.

**3.2.** O FPS atua como instrumento estratégico de execução de políticas públicas sociais, de forma integrada com órgãos estaduais, prefeituras municipais e organizações da sociedade civil, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente, transparente e alinhada às prioridades do Governo do Estado.

**3.3.** Compete ao Fundo de Promoção Social:

- 3.3.1.** Prestar apoio técnico e financeiro a iniciativas de interesse social voltadas à educação, saúde, assistência social, geração de emprego e renda, esporte, cultura e outras áreas que contribuam para a melhoria das condições de vida da população;
- 3.3.2.** Celebrar convênios, termos de fomento, termos de colaboração e demais instrumentos jurídicos com órgãos e entidades da administração pública e organizações da sociedade civil, observando as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC);
- 3.3.3.** Analisar, aprovar, acompanhar e fiscalizar a execução física e financeira dos projetos financiados com recursos do FPS;
- 3.3.4.** Promover o controle e a prestação de contas dos recursos repassados, garantindo a transparência e a correta aplicação das verbas públicas;
- 3.3.5.** Apoiar ações emergenciais e estratégicas voltadas à redução da pobreza e das desigualdades regionais;
- 3.3.6.** Estimular a participação social e a integração de políticas públicas entre as diversas esferas de governo e a sociedade civil organizada;





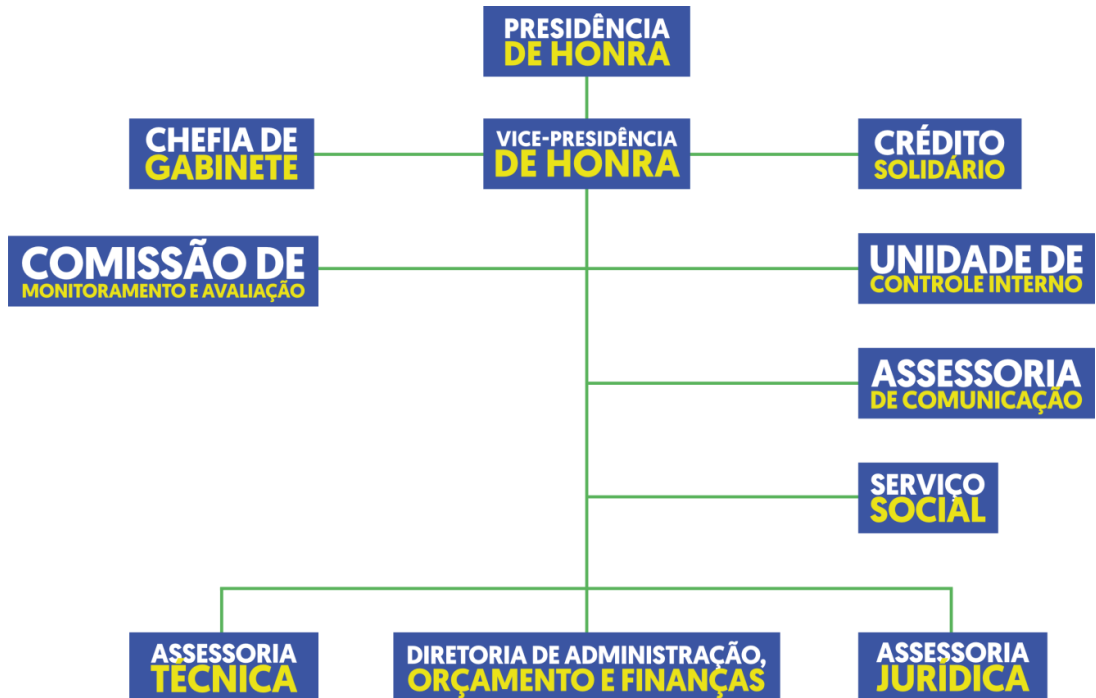
**3.3.7.** Executar outras atividades correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, compatíveis com sua missão institucional.

**3.4.** O FPS fundamenta suas ações nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando sempre a promoção da justiça social e o fortalecimento da cidadania, atuando de forma articulada e participativa para a construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

**3.5.** As escolhas feitas pela Direção e implementadas pelos demais servidores são guiadas pela identidade organizacional, fundamentada na missão, visão e valores:

**3.5.1. MISSÃO:** Promover a cidadania e equidade social e econômica através de projetos sociais em parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

**3.5.2. VISÃO:** Ser referência no apoio a Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que promovam projetos de inclusão social, geração de renda e auto-sustentação econômica no estado do Amazonas.





Fundo de  
Promoção Social



TRABALHO QUE TRANSFORMA



**3.5.3. VALORES:** Agir com compromisso, respeito, ética, oportunidade, transparência, humanização, igualdade e parceria, garantindo a boa e regular gestão pública.

**3.6.** O organograma do FPS apresenta a seguinte composição:

#### **4. PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA**

**4.1.** O Código de Ética, Conduta e Integridade do Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FPS) será o mesmo adotado pela Secretaria de Estado da Casa Civil, haja vista que o FPS está vinculado administrativamente à estrutura dessa Secretaria. Assim, permanecem inalterados os princípios, valores e normas que orientam o comportamento e as decisões de todos os seus membros, colaboradores e parceiros.

**4.2.** Este Código reflete o compromisso institucional com a promoção de uma cultura organizacional baseada na integridade, transparência e responsabilidade, essenciais para o bom funcionamento da administração pública, garantindo que as ações do FPS sigam os mesmos padrões éticos e de governança aplicados à Casa Civil.

#### **5. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO**

**10.5.** De acordo com o art. 21 do Decreto Estadual nº 50.868, de 12 de dezembro de 2024, as ações de comunicação do Programa de Integridade abrangem todas as iniciativas destinadas a levar aos colaboradores e parceiros institucionais, os valores do órgão, comunicar as regras e padrões éticos, bem como estimular comportamentos alinhados à moral, ao respeito às leis e à integridade pública.

**10.6.** Internamente, a comunicação visa disseminar uma cultura de integridade e conduta ética entre os colaboradores do Fundo de Promoção Social e Erradicação a Pobreza. Esse objetivo será alcançado por meio de capacitações, treinamentos, sensibilizações e abordagens de temas específicos para orientar os processos de trabalho e promover boas relações interpessoais.

**10.7.** Para facilitar essas atividades, serão utilizadas diversas ferramentas virtuais, como e-mails, cartilhas, vídeos, seminários e cartões, entre outras. Além disso, para comunicar-se com o público





Fundo de  
Promoção Social



externo, o Fundo de Promoção como órgão vinculado a Casa Civil disponibiliza plataformas de Transparência Institucional em seu site oficial.

10.8. A lista de ações internas específicas de comunicação e treinamento a serem realizadas será a mesma adotada pela Secretaria de Estado da Casa Civil.

## 6. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE INTEGRIDADE

**6.1.** O Plano de Gestão de Riscos do Fundo de Promoção Social e Erradicação a Pobreza visa identificar, avaliar e mitigar possíveis riscos que possam comprometer a eficiência, a segurança e a continuidade das atividades e projetos sob a responsabilidade da Secretaria. Esse plano é essencial para o fortalecimento da governança e da transparência, buscando a prevenção de ocorrências que possam impactar negativamente os objetivos institucionais.

**6.2.** A implementação eficaz do Plano de Gestão de Riscos contribui para a segurança institucional, o cumprimento dos objetivos do Fundo de promoção social e erradicação a pobreza e o fortalecimento da cultura de prevenção e controle. Além disso, a gestão de riscos favorece uma maior transparência na administração pública, garantindo um ambiente de trabalho mais seguro e robusto.

**6.3.** A identificação dos riscos foi realizada com a colaboração dos servidores alocados nos diversos setores do órgão. Essa etapa contou com a elaboração de listagens por alguns servidores de setores específicos e secretarias executivas.

**6.4.** Foram levantados o total de 09 (nove) riscos relacionados à integridade. Essa etapa foi concluída com a identificação preliminar das causas e consequências dos riscos, seguida de uma análise aprofundada pela Comissão.

**6.5.** A descrição dos riscos está sob responsabilidade do Fundo de Promoção Social e Erradicação a Pobreza, sendo mantida em sigilo para garantir a segurança institucional e preservar informações sensíveis.

**6.6.** A análise dos riscos considerou tanto as causas quanto as possíveis consequências associadas a cada evento. Nesse sentido, as causas estão ligadas à probabilidade de ocorrência, enquanto as consequências dizem respeito ao impacto que poderiam gerar.





6.7. O cálculo do Risco Inerente foi feito multiplicando os pesos atribuídos à probabilidade de ocorrência (estimada com base na frequência observada ou esperada) e ao impacto potencial.

6.8. Para determinar o impacto, utilizou-se o Método AHP (Processo Analítico Hierárquico). A classificação dos critérios definidos pela Comissão foi ponderada entre operação (11%), financeiro (26%) e imagem institucional (63%).

Escala de Probabilidade			
Probabilidade	Peso	Frequência	Descrição
Baixa	1	< 20%	O evento tem chances de ocorrer somente em situações excepcionais.
Média	3	= > 20% <= 60%	O evento possui probabilidade de ocorrer em algum momento.
Alta	5	> 60%	O evento é previsto para ocorrer na maioria das situações.

Escala de Impacto			
Peso	Operação	Financeiro	Imagem
	11%	26%	63%
1-Baixo	Afeta a eficiência e a eficácia do processo, gerando retrabalho e atraso na execução das atividades, sem que seja necessária a intervenção do chefe imediato para resolver o problema.	Não gera custo financeiro e, conseqüentemente, não afeta o orçamento geral da Casa Civil.	Pode gerar pequenas críticas internamente, mas geralmente é rapidamente corrigido e não afeta a imagem do órgão externamente.
3-Médio	Prejudica a eficiência e eficácia do processo, causando retrabalho e atrasos na execução das atividades, exigindo a intervenção do chefe imediato para resolver o problema.	Gera um custo financeiro baixo, porém compromete parcialmente o orçamento da Casa Civil.	Pode gerar insatisfação pública e críticas da mídia, afetando a percepção de eficiência do órgão. Esse tipo de impacto pode exigir uma resposta oficial para justificar ou esclarecer a situação.
5-Alto	Causa interrupção nas atividades da Casa Civil.	Perda significativa de recursos, que pode acarretar um prejuízo financeiro elevado e demandar investimentos em medidas corretivas e auditorias, comprometendo, assim, o orçamento da Casa Civil.	O evento pode levar a investigações, queda de confiança pública e pressão política intensa, podendo até gerar conseqüências legais ou administrativas graves.

$$\text{Impacto} = \frac{\text{Peso} \times \% \text{Operação} + \% \text{Financeiro} + \% \text{Imagem}}{\% \text{Operação} + \% \text{Financeiro} + \% \text{Imagem}}$$





Fundo de  
Promoção Social



TRABALHO QUE TRANSFORMA



**6.9.** Os resultados obtidos na execução da atividade permitiram a identificação de eventos negativos classificados da seguinte forma: 01 (um) evento de baixo risco inerente, 01 (um) de médio risco inerente e 07 (sete) de alto risco inerente.

## **7. CONTROLES INTERNOS**

**7.1** O objetivo do controle interno em um plano de integridade é garantir que todas as práticas e processos estejam alinhados com os princípios éticos e com as diretrizes governamentais, promovendo uma cultura de transparência, responsabilidade e respeito à legislação. O controle interno visa assegurar que as atividades do Fundo de Promoção Social ocorram de forma eficiente e dentro dos padrões de conformidade, prevenindo e detectando eventuais desvios de conduta que possam comprometer a imagem ou os recursos da instituição. Dessa forma, ele contribui para o fortalecimento da governança, otimizando o alcance dos objetivos estratégicos e apoiando a tomada de decisões éticas e fundamentadas.

## **8. CANAIS DE DENÚNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO**

**8.1.** O Fundo de Promoção Social disponibiliza canais de denúncia para que a sociedade em geral possa relatar atos ou fatos envolvendo desvios éticos e de integridade de agentes públicos, bem como insatisfações institucionais.

**8.2.** A Ouvidoria é um canal de relacionamento direto e não burocrático, responsável por receber, analisar, selecionar e encaminhar aos setores competentes pedidos de informações, dúvidas, denúncias, reclamações, críticas, opiniões, sugestões e elogios

**8.3.** O acesso às informações do FPS será regido pela Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, e pelo Decreto Estadual nº 48.999/2024, que regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Estadual.

**8.4.** A plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação do Fundo de Promoção Social será o Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (cgu.gov.br).

## **9. MEDIDAS DISCIPLINARES**





Fundo de  
Promoção Social



TRABALHO QUE TRANSFORMA



**9.1.** A apuração das infrações e a aplicação das respectivas medidas disciplinares, no âmbito do Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza – FPS, ocorrerão em conformidade com os critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado da Casa Civil.

## **10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE INTEGRIDADE**

**10.1.** A execução das ações estabelecidas neste Plano será de responsabilidade da Comissão de Integridade e monitoradas pela Secretaria Executiva de Controle Interno, sendo os resultados encaminhados para deliberação da Secretária Executiva do Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza.

**10.2.** A Comissão será responsável pela elaboração do Plano de Ação para a implementação do Plano de Integridade, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser ajustado conforme as necessidades identificadas. O documento deverá ser submetido à autorização da Secretária Executiva do Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza.

**10.3.** A avaliação deste Plano será realizada anualmente pela Comissão de Integridade, por meio da elaboração de relatório que apresente o acompanhamento das atividades desenvolvidas, incluindo, em sua estrutura, a análise de desempenho do Programa.

**Manaus, 26 de setembro de 2025.**

### **Comissão de Integridade da Casa Civil**

**Janderson de Oliveira Pereira**  
Coordenador

**Gustavo dos Santos Oliveira**  
Membro

**Christian Pereira da Silva**  
Membro

**Maximiliano Francisco Lopes Neto**  
Membro

**Márcia Augusta de Souza**  
Membro



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/P1A9.75B7.3698.9F7D/60A19ED2>  
Código verificador: **P1A9.75B7.3698.9F7D** CRC: **60A19ED2**